

UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO: OS DESAFIOS AO PROMOVER A EQUIDADE PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO PÚBLICO DA REDE MUNICIPAL DE CAUCAIA-CE

Andressa Simão da Silva ¹

Georgia Medeiros Paiva de Alencar ²

Rose Sillya Alencar Brito Bezerra ³

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um tema amplamente discutido no contexto educacional, principalmente após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em 2015, que assegura o direito à educação para todas as pessoas com deficiência, com ênfase na educação inclusiva de qualidade. No Brasil, um país com grandes desigualdades sociais e educacionais, implementar a inclusão de forma eficaz tem sido um desafio constante, especialmente em municípios com características específicas como Caucaia-CE.

Caucaia é o segundo município mais populoso do estado do Ceará, com uma vasta extensão territorial e uma diversidade socioeconômica significativa. Essas características agravam os desafios da inclusão escolar, tornando crucial a discussão sobre as estratégias adotadas para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Este artigo visa analisar os desafios e as estratégias de inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas de ensino fundamental em Caucaia, com ênfase no Plano Educacional Individualizado (PEI) como uma ferramenta para promover a equidade no ensino. Lembrando que esse é um dos instrumentos usados na educação inclusiva e tem base na observação e avaliação do aluno, e deve contemplar suas necessidades e conhecimentos prévios. Para isso, é importante que a elaboração do PEI seja feita por uma equipe multidisciplinar qualificada, com a participação do aluno e de seus pais ou responsáveis, sempre que possível.

¹ Pós-graduada em psicopedagogia Grupo RHEMA, andressassimaossilva@gmail.com

² Mestre em Saúde Coletiva - Universidade de Fortaleza (Unifor), georgiamedeirospaiva@gmail.com

³ Mestranda em Ciência da Educação - Universit World Ecumenical, sillyabrito1986@gmail.com

METODOLOGIA

Esse estudo utiliza uma abordagem descritiva e exploratória, com base em pesquisa bibliográfica e dados obtidos pelo município. A escolha dessa metodologia se justifica pela necessidade de compreender os desafios e as práticas de inclusão em um contexto específico, utilizando como base dados secundários, livros, artigos, leis e documentos oficiais sobre educação inclusiva.

Estudar é um direito de todos, sendo amparado pela nossa constituição, temos normas e condutas a adotar nas escolas como um todo. Mas, nesse cenário olharemos prontamente para o município de Caucaia- CE que integra a Região Metropolitana de Fortaleza com cerca de 1.227,9 km²e teremos os seguintes dados:

- Estudantes matriculados: 52.706 no ano de 2024
- Estudantes laudados matriculados na rede: 3.789, observamos os seguintes diagnósticos:
 - TEA: 2961,
 - DI: 760,
 - TDAH: 644,
 - TOD: 151,
 - Deficiência Física: 161,
 - Deficiência Múltiplas: 72,
 - Síndrome de Down : 80
 - Epilepsia: 55,
 - Dentre outros

Como diz Dutra: “[...] a educação inclusiva constitui um paradigma fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e supera o modelo de equidade formal, passando a incidir para eliminar as circunstâncias históricas da produção e exclusão dentro e fora da escola. Tais pressupostos devem alterar leis, conceitos e, conseqüentemente, as práticas educacionais e de gestão, promovendo dessa forma, a reestruturação dos sistemas de ensino [...]” (Dutra, 2008, p.28).

O município é extenso e com uma enorme variedade demográfica, além de um território rico em diversidades como: os povos originários, quilombolas e PCD’S há diferenças socioeconômicas e estruturais variando de região para região. Os dados acima

apresentados são das escolas públicas do município. Com essa proporção veremos grandes desafios educacionais.

Os atendimentos das regiões da Caucaia são feitos da seguinte maneira:

Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado (**NAPE**), está localizado na Sede, na Escola Flávio Marcílio e atende estudantes com deficiência das regiões: Sede, Garrote, Praia e Br-222

Núcleo de Atendimento Educacional Especializado de Caucaia (**NAEESC**), está localizado na região da Jurema na Escola 7 de Setembro e atende estudantes com deficiência das regiões Jurema e BR-020

Centro de Atendimento Educacional Especializado Dom Orione (**CAEEDO**), está localizado na Escola Pequeno Cotolengo e atende estudantes com deficiência de todas as regiões: Sede, Praia, Jurema, Garrote, Br-020 e Br- 222

São 92 salas de recursos Multifuncionais onde é ofertado o Atendimento Educacional Especializado (AEE)

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva é fundamentada em um paradigma de direitos humanos que busca a igualdade e a diferença como valores indissociáveis, superando modelos de equidade formal e eliminando as circunstâncias históricas de exclusão dentro e fora da escola (Dutra, 2008). Este paradigma exige uma reestruturação dos sistemas de ensino e das práticas educacionais, com foco na criação de um ambiente escolar que acolha e respeite a diversidade.

No Brasil, o arcabouço legal que sustenta a educação inclusiva tem evoluído ao longo das décadas, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961 até a LBI de 2015, passando por marcos importantes como a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, onde tivemos ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência promovida pela ONU. Cada uma dessas legislações contribuiu para a construção de um sistema educacional mais inclusivo, embora desafios persistam, especialmente na implementação prática dessas normas e condutas nas escolas regulares.

DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR EM CAUCAIA-CE

Os desafios da inclusão escolar em Caucaia são amplificados por sua grande extensão territorial, que dificulta o acesso à educação para muitos estudantes, especialmente aqueles com deficiência. Além disso, as dificuldades socioeconômicas enfrentadas por grande parte da população impactam diretamente a qualidade do ensino e a implementação de práticas inclusivas.

Outro desafio significativo é a falta de infraestrutura adequada nas escolas para atender as necessidades específicas dos alunos com deficiências. Muitas escolas não possuem recursos suficientes, como salas de recursos multifuncionais, materiais didáticos adaptados e acessibilidade física, fora o desconhecimento do DUA (Desenho Universal para a Aprendizagem).

A formação dos professores é outro aspecto crucial que necessita de atenção. A inclusão de alunos com deficiências exige que os docentes possuam conhecimentos específicos e estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. No entanto, a realidade mostra que muitos professores ainda não se sentem preparados para atuar nesse contexto, entretanto, temos a cobrança para tal e a necessidade de ser um agente integrador aos nossos alunos. Sendo assim ficamos resignados a vontade de ajudar e as poucas capacitações sobre as diversas deficiências e neuro divergências do nosso dia a dia.

Vejamos agora algumas das propostas inclusivas. Portanto, olharemos a pesquisa de Casagrande e Oliveira (2004). Conforme as autoras, as práticas inclusivas inovadoras podem ser divididas em duas categorias: propostas mais amplas e propostas mais específicas. As propostas amplas são compostas por: acessibilidade, Sistema de Suporte Multicamadas e Profissionais de Apoio à Inclusão Escolar. As propostas específicas são: Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), Ensino Colaborativo, Diferenciação Curricular; Práticas Baseadas em Evidências (PBE), Plano de Ensino Individual (PEI), Aprendizagem Cooperativa, Tecnologia Assistiva (TA) e Metodologias Ativas.

O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO

Optamos por debruçar nos desafios escolares, com a utilização do Plano Educacional Individualizado (PEI), surge como uma estratégia eficaz para promover a inclusão escolar. O PEI é uma ferramenta pedagógica que permite a personalização do ensino

conforme as necessidades específicas de cada aluno, sendo especialmente útil no contexto de inclusão de alunos com deficiências.

O PEI não apenas facilita a adaptação curricular, mas também promove a autonomia dos alunos, contribuindo para a redução da evasão escolar e para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida. Ao centrar-se nas necessidades individuais dos estudantes, o PEI permite que o processo de ensino-aprendizagem seja mais inclusivo e equitativo, respeitando o ritmo e as capacidades de cada aluno.

Portanto, o mesmo deve ser construído com os professores de educação especial juntamente com os professores da sala regular, após diálogos com o aluno, família e o estudo das equipes multidisciplinares de saúde do discente.

Isso quer dizer que o PEI leva em conta a necessidades dos alunos, considerando o que aprendem, como aprendem e por que aprendem em múltiplas formas, sendo importante considerar esses princípios: os objetivos, as estratégias de ensino, materiais e recursos e a avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar é um direito garantido por lei e um desafio constante para os sistemas educacionais, especialmente em municípios com características específicas como Caucaia-CE. A implementação de estratégias como o PEI, aliada a investimentos em infraestrutura, formação de professores e mudanças culturais, é essencial para que a inclusão seja efetiva e para que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

É necessário um esforço conjunto de todos os atores envolvidos no processo educacional — governo, gestores, professores e a comunidade — para superar as barreiras existentes e construir uma escola verdadeiramente inclusiva, onde a diversidade seja valorizada e todos os estudantes tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento.

Desta forma, o PEI se destaca como uma ferramenta pedagógica que adapta o ensino às necessidades específicas de cada aluno, promovendo autonomia e contribuindo para a redução da evasão escolar. Ao focar nas particularidades de cada estudante, o PEI torna o processo de ensino-aprendizagem mais inclusivo e equitativo e caminhamos em conjunto entre leis e a práticas docentes.

Palavras-chave: Plano educacional individualizado, inclusão escolar, equidade, desafios, deficiências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 13.146**, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Brasília, 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

CASAGRANDE, R. de C.; OLIVEIRA, J. P. de. Propostas para o ensino na Educação Especial: contribuições do campo acadêmico brasileiro. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.19,e 22614,2024. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092024000100103&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 ago. 2024.

DUTRA, D. M. **A educação inclusiva no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Educacional, 2008.

PEREIRA, D. M. **A importância do Projeto Educacional Individualizado para a inclusão escolar**. *Revista de Educação Especial*, v. 20, n. 3, p. 45-60, 2014.

IMPORTANTE:

Após publicados, os arquivos de trabalhos não poderão sofrer mais

nenhuma alteração ou correção.

Após aceitos, serão permitidas apenas correções ortográficas. Os casos serão analisados individualmente.